

Ex-presidente de quarentena

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, no Rio de Janeiro, que o ajuste fiscal que Dilma Rousseff terá de fazer no primeiro ano de seu mandato é "tão forte" quanto o que ele teve que promover em 2003. Ao desembarcar na cidade para

uma série de encontros, Lula prometeu voltar a falar de política após 8 de março, quando termina o período que chamou de "quarentena".

Ele também afirmou que foi muito difícil a decisão de não dar aumento para o salário mínimo em 2004, mas que ela se provou acertada depois.

As informações foram repassadas à imprensa por Marcelo Nery, economista da FGV que fez uma apresentação a Lula so-

bre a redução da pobreza em seu governo.

A apresentação do economista foi complementar a uma exposição do presidente do IBGE, Eduardo Nunes, que mostrou ao ex-presidente os dados do Censo 2010. Questionados sobre o destino que Lula dará a esses dados, Nunes e Nery mencionaram o memorial que o petista pretende criar.

Bem-humorado, Lula afirmou ainda não ter definido o formato do futuro Instituto Luiz Inácio Lula da Silva. (Agências)



PF está presa. Pela disputa de cargos

Brigas políticas afetam a cúpula da instituição e a indefinição de nomes provoca lentidão administrativa e nas investigações

A Polícia Federal começou o governo Dilma Rousseff em marcha lenta, travada pela demora na definição dos membros da cúpula e alvo de disputas internas entre grupos de delegados, agentes, peritos e servidores. O número de investigações abertas caiu de 22 ao mês, em 2010, para menos da metade em janeiro e fevereiro deste ano.

Ontem, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, reclamou da demora da PF para executar diligências que deveriam apurar o esquema do mensalão do DEM. Trata-se do esquema de desvio de recursos públicos que tem o suposto envolvimento do ex-governador

do Distrito Federal, José Roberto Arruda, que chegou a ser preso. "Tivemos uma série de dificuldades com a PF, como atrasos de perícias, diligências pendentes, mas a gente espera resolver isso", disse Gurgel.

Há mais de um mês no cargo, o diretor-geral, Leandro Daiello Coimbra, ainda não definiu os titulares das principais diretorias e das superintendências estaduais, alvos de uma disputa "peemedebista".

Ao contrário do antecessor, Luiz Fernando Corrêa, que promoveu expurgo geral nos primeiros dias, Coimbra veio para uma gestão de continuidade e cada mudança é cuidadosamente negociada com a base e com os cardeais da cor-

poração policial.

A indefinição, além de atrapalhar as rotinas administrativas, vem provocando o atraso no início de novas investigações, que duram em média um ano até que cheguem ao ponto de maturação. A indefinição permite ainda o aumento de musculatura dos lobbies.

"As entidades corporativas tentam a todo custo emplacar seus preferidos e, quando não conseguem, exercem perverso poder de veto sobre o escolhi-

do", disse um delegado que pediu para não ser identificado.

Primeiro alvo do bombardeio, o delegado Joaquim Mesquita foi expurgado da Diretoria de Gestão de Pessoal por pressões que uniram as várias entidades da corporação. Alto executivo da PF, Mesquita chegou à sede há quatro anos como diretor de Logística.

Há dois anos na Diretoria de Gestão de Pessoal, apertou a cobrança de resultados dos colegas e causou rebelião interna

ao introduzir o ponto eletrônico para delegados e agentes.

Designado superintendente da PF em Goiânia, Mesquita ainda é alvo de críticas. Nada menos que 13 entidades assinaram manifesto contra sua nomeação. "Esse delegado é um atraso", criticou o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), Marcos Wink, que encabeça o documento. Entre os signatários, está a Força Sindical, comandada pelo deputa-

do Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), da base aliada.

A direção da PF informou que respeita as divergências, mas a escolha de Mesquita será mantida porque ele reúne requisitos de eficiência operacional, ética e qualidade técnica para o cargo. O delegado não se manifestou.

Também está à deriva a Diretoria Executiva (Direx), segundo cargo da hierarquia, que chefia, entre outras estruturas, o Comando de Operações Táticas (COT) e a Coordenadoria Geral de Polícia Fazendária, que investiga corrupção, lavagem de dinheiro e crimes financeiros. E a Diretoria de Combate ao Crime Organizado, entre outras. (AE)

22

Investigações eram
abertas todo mês
durante 2010

10

Ações foram iniciadas
em janeiro e em
fevereiro de 2011